

Ipea: redistribuir renda dentro das regiões diminuiria mais a miséria

Iniciativa seria melhor que transferir recursos dos estados ricos para os pobres

Cássia Almeida

• Para um país em que a indigência atinge 15% da população e onde 35% estão na pobreza, melhorar a renda é o maior desafio. Mas qual seria o caminho mais eficiente? A transferência de recursos das regiões mais ricas para as mais pobres é, historicamente, uma das soluções mais defendidas.

No entanto, um estudo do economista Ricardo Paes de Barros, diretor de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que a redistribuição de renda dentro das regiões, até que se atinja o nível de desigualdade da região menos desigual (a Sul), dá mais resultado para a redução da pobreza que a transferência de recursos entre os estados.

— A desigualdade interna é tão perversa para gerar pobreza quanto a diferença *per capita* entre as regiões — afirma Paes de Barros.

Região Nordeste necessita de ação extra

Pelo estudo, ao se aproximar a renda das regiões mais pobres da média brasileira, que é R\$ 298 *per capita* (de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 1999), transferindo recursos de estados ricos para pobres, o grau de extrema pobreza baixa dos atuais 15% para 12%. Assim, a pobreza cairia de 35% da população para 31%. A outra alternativa faria a indigência baixar para 11% da população e a pobreza, para 30%.

— Diminuir a desigualdade dentro da região é, pelo menos,



PAES DE BARROS: desigualdade dentro da mesma região é perversa

tão eficiente quanto transferir renda entre elas. São caminhos igualmente importantes — comenta Paes de Barros.

O estudo mostra, porém, que, para o Nordeste, onde os miseráveis (renda *per capita* mensal de R\$ 47,50) representam 30% da população e os pobres (renda de R\$ 95), 59%, a redistribuição interna teria impacto menor na pobreza. Mais eficiente seria igualar a renda

da região, hoje em R\$ 167, à média nacional, de R\$ 298.

Nas simulações do estudo, a redução da desigualdade dentro dos estados nordestinos baixaria a pobreza para 51% da população e a indigência, para 26%. Ao passo que, se os estados mais ricos transferissem recursos para o Nordeste, a pobreza nesta região cairia para 35%, e os miseráveis passariam a representar 13% do

povo nordestino.

— No Nordeste, é mais eficaz a transferência de renda inter-regional do que a redução da desigualdade interna. Por esse caminho, o Nordeste continuaria tendo mais pobres do que o Sudeste — explica o economista.

Mas ele garante que, para a redução da pobreza em todo o Brasil, os dois caminhos chegam ao mesmo fim.

Contra a pobreza, redistribuição é mais eficaz

Qualquer caminho adotado para tornar a concentração de renda menor será mais eficaz contra a pobreza que investir somente no crescimento da economia. Segundo Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), se a desigualdade caísse 8,5%, com o Índice Gini (que mede o grau de concentração de renda, quanto mais próximo de zero, melhor) passando dos atuais 0,59 para 0,54, a pobreza cairia 28% mesmo com a economia estagnada.

— Num outro cenário, com o PIB (Produto Interno Bruto) crescendo 4% ao ano durante cinco anos seguidos, o grau de pobreza cairia 17,8%.

Mas, para Neri, é "absolutamente fundamental" redistribuir renda entre as regiões. Para acabar com a indigência em São Paulo, por exemplo, cada cidadão acima da linha de pobreza precisaria desembolsar apenas R\$ 4,80 por mês. Já no Piauí, seria necessária uma doação de R\$ 58.

— Lá, 40% da população são pobres. Não dá para o estado resolver o problema sozinho. ■